EMPRESA
TERMoeLECTRICA PORTUGUESA
S. A. R. L.

RELATÓRIO
DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
BALANÇO
E PARECER DO CONSELHO FISCAL
EXERCÍCIO DE 1967

SEDE:
RUA DO BOLHÃO, 72-3.º
PORTO

DELEGAÇÃO:
AV. INFANTE SANTO, 15-1.º
LISBOA

EXERCÍCIO DE 1967

EMPRESA TERMoeLECTRICA PORTUGUESA

S. A. R. L.

CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

São convocados os Senhores Accionistas, com direito a voto nos termos estatutários, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, na sede social, rua do Bolhão, 72-3.º — Porto, pelas 15 horas do dia 22 de Março do corrente ano, com a seguinte ordem do dia:

- 1.º — Discutir, aprovar ou modificar o Relatório e Contas do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1967;
- 2.º — Discutir e votar uma proposta do Conselho de Administração de autorização para emissão de obrigações;
- 3.º — Assuntos diversos de carácter social.

Lisboa, 14 de Fevereiro de 1968

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

Pela Companhia Hidro-Eléctrica do Norte
de Portugal (Chenop), S. A. R. L.

a) *Henrique Dimentel Saraiva*

NOTAS—Nos termos do art.º 19.º dos Estatutos, 50 acções dão direito a um voto, sendo permitido, nos termos legais, o agrupamento de accionistas que, isoladamente, as não possuam. Os proprietários de acções ao portador não registadas que desejem tomar parte na Assembleia Geral, terão de as depositar, com a antecedência mínima de oito dias, na sede da Sociedade ou em qualquer Banco do País.

Nos termos do art.º 23.º dos Estatutos, podem os accionistas fazer-se representar por outro accionista, para o que basta uma carta dirigida ao Presidente da Mesa, até 3 dias antes do fixado para a Assembleia Geral e firmada em termos que não dêem lugar a dúvidas sobre a identidade do representado.

RELATÓRIO
DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACCIONISTAS:

A preparação deste relatório, para apresentação do Balanço e Contas do exercício findo, coincide com a ocorrência dum facto de grande significado na vida da empresa: a entrada em serviço do 1.º grupo da central do Carregado que vem concretizar o início da expansão da empresa no plano nacional, sem limitação previsível como concessionária geral da produção térmica — para além, mas na sequência, dos objectivos imediatos da sua fundação há já 14 anos. O início da exploração da nova central — que será, de longe, a de maior potência instalada na rede portuguesa — é também acontecimento de realce para a economia nacional, por vir conferir ao sector eléctrico maior segurança de abastecimento energético (e com favoráveis aspectos de ordem financeira e de custo global da produção) e ainda na medida em que, para além dos problemas da electricidade, a programação dos consumos de fuel-óleo se vem fazendo de forma concertada com a expansão das refinarias metropolitanas e ultramarinas numa perspectiva integral do sector da energia, que é a única economicamente correcta.

Por uma e outra razões se justifica o relevo dado a este ponto na abertura do presente relatório na convicção da geral satisfação que tal irá produzir nos Senhores Accionistas.

1 — Concessão e autorizações de estudo

Além das centrais da Tapada do Outeiro e do Carregado, de que a empresa já é formalmente concessionária, prevê-se a inclusão da central de Rio Maior na concessão logo que sejam oficialmente tomadas as decisões que se aguardam sobre o aproveitamento da respectiva bacia mineira.

Entretanto, recorda-se que foram já concedidas autorizações de estudos para a segunda central térmica, a fuel-óleo, do Sul e para a primeira central nuclear, no seguimento das disposições estabelecidas no caderno de encargos da concessão geral da produção térmica da empresa.

2 — Central da Tapada do Outeiro: Exploração

Apesar de o coeficiente de hidraulicidade se ter fixado, quer quando referido ao ano hidrológico, quer quando referido ao ano civil, em valores inferiores à unidade, a produção da central da Tapada do Outeiro (125,1 milhões de kWh) foi inferior em 1967, por efeito dos critérios estabelecidos para a exploração da rede, à produção que se registou em qualquer dos anos de 1962 a 1965. No entanto, já no decorrer do ano de 1968 e até à ocasião de redigir este relatório, verificou-se um funcionamento intensivo da central por efeito da severa estiagem que se registou — e dentro do importante papel de segurança do abastecimento que a potência térmica representa no nosso sistema produtor ainda de larga preponderância hidroeléctrica.

Podem distinguir-se no ano de 1967 os seguintes períodos de funcionamento da central:

- em Janeiro e Fevereiro, para ensaios da 3.^a unidade, a que correspondeu uma produção de 36,5 milhões de kWh.
- em Julho e Agosto, em regime de apoio antecipado por dificuldades da rede, com uma produção de 32,5 milhões de kWh.
- em Setembro, em regime de apoio de potência motivado por falta de potência hidráulica em virtude de indisponibilidades das centrais do Douro Internacional, com uma produção de 6,2 milhões de kWh.
- em Outubro e Novembro, período de funcionamento para apoio à exportação realizada pela rede para a Espanha, a que correspondeu uma produção de 24 milhões de kWh.
- com início em 17 de Dezembro como resultado de se ter realizado o toque das curvas-guias, verificando-se uma produção de 25,9 milhões de kWh.

A energia emitida para a rede da Companhia Nacional de Electricidade cifrou-se em 111 milhões de kWh, tendo a central funcionado, como geradora, 2 980 horas.

Além do fornecimento de energia activa, é de realçar o apoio à rede em energia reactiva — que contribuiu para minorar grandemente as dificuldades de regulação de tensão que este ano se voltaram a verificar — que se cifrou em 275 milhões de kVArh (valor de emissão) dos quais 233 milhões de kVArh emitidos pelos grupos como compensadores. Neste regime o funcionamento da central totalizou cerca de 6 700 horas.

A 3.^a unidade da central que, como já se referiu, esteve em ensaios durante os meses de Janeiro e Fevereiro, foi entregue à disciplina de exploração do Repartidor Nacional de Cargas em princípios de Março de 1967, embora ficando por realizar alguns ensaios de rendimento do gerador de vapor que a situação hidrológica não tornava então oportunos.

Dos trabalhos efectuados no sector da conservação destacam-se os seguintes:

- reparações frequentes realizadas nos cabos dos teleféricos de Pejão e de S. Pedro da Cova com substituição de alguns troços; prevê-se efectuar em 1968 uma substituição sistemática da maioria dos cabos destes teleféricos, já com cerca de 10 anos de serviço intensivo;
- reparação geral afectando a quase totalidade do equipamento de transporte de carvão;
- rectificação do veio da turbina e do alternador do grupo 2;
- trabalhos diversos de reparação em órgãos eléctricos, de pintura em instalações industriais, de conservação no sector da construção civil, e ainda de melhoria, com objectivos funcionais, em diversas instalações da central.

Iniciou-se, também, no final do ano a montagem dum despoeirador electrostático de alto rendimento no 1.^o grupo, que — com o de igual tipo já instalado no 3.^o grupo e as melhorias que serão introduzidas no do 2.^o grupo — permitirá boas condições de funcionamento sem reflexos nas culturas agrícolas circunvizinhas.

A propósito da central da Tapada do Outeiro cumprirá ainda dizer, para concluir, que se completaram, no decorrer do ano, todas

as obras de construção civil referentes ao 3.º grupo e que estão praticamente concluídas as obras de ampliação e beneficiação da cantina que foi necessário empreender.

3 — Central do Carregado

1.º grupo

Cumprindo sensivelmente o programa previsto de entrada em serviço do 1.º grupo até ao fim de 1967 — não obstante um pequeno retardamento surgido na parte final, atribuível essencialmente a atraso dos fornecedores do equipamento electromecânico — foi possível proceder-se ao primeiro acendimento da caldeira, com produção de vapor, em 7 de Novembro. Prèviamente, em 30 de Agosto, já se tinha ligado a subestação da central à rede de muito alta tensão por intermédio da linha 220 kV Carregado-Alto Mira, para a recepção da energia necessária à realização dos numerosos ensaios dos serviços auxiliares de elevada potência que antecedem o arranque do grupo gerador.

O arranque do turbo-alternador com produção de energia, que deveria fazer-se em Dezembro, em seguimento do arranque da caldeira, só veio a efectuar-se, por razão de força maior, já em 26 de Janeiro último, dia em que se efectuou, portanto, a primeira ligação da central à rede eléctrica nacional. Essa razão de força maior foi a bem conhecida ocorrência, em 25 de Novembro, das inundações na região em consequência das chuvas de excepcional violência verificadas; houve parcial inundação do estaleiro que atingiu a cave da casa das máquinas, a estação de bombagem e parte do canal de restituição do circuito hidráulico. Ainda que não tenha havido destruição de equipamento — nem, felizmente, quaisquer acidentes pessoais — foi todavia necessário proceder a limpezas demoradas e a algumas reparações, as quais conduziram ao retardamento de apenas

um mês, em relação ao fim do ano, na referida ligação da central à rede nacional. (*)

Pode pois registrar-se, já neste relatório, a entrada em serviço da central no começo de 1968, embora ainda em regime experimental, cumprindo-se assim o programa estabelecido no Plano Intercalar de Fomento. Como os trabalhos foram iniciados em 1965 (tendo-se tomado posse do terreno em Novembro de 1964) verifica-se assim que foi possível realizar o 1.º escalão duma central desta importância no curto prazo de 3 anos, o que bem demonstra o esforço despendido.

2.º grupo

Dentro do programa de trabalhos que prevê a conclusão das montagens no próximo Verão, foram passadas em 1967 as últimas encomendas ainda em suspenso, designadamente uma caldeira auxiliar com a capacidade de vaporização de 30 t/h e o oleoduto que ligará o parque de armazenagem de fuel-óleo da central ao cais de descarga, no Tejo. Estas instalações deverão entrar em serviço em 1968. Entretanto, o abastecimento de fuel-óleo tem sido assegurado por camiões-cisternas, tendo-se iniciado o enchimento dos dois actuais reservatórios de 20 000 t em 4 de Julho de 1967.

Ainda relativamente ao 2.º grupo, completaram-se em 1967 os trabalhos de construção civil, à excepção da tomada de água, a qual está programada para entrar em serviço em Junho próximo.

3.º grupo

Devido à evolução do mercado energético, onde se verificaram menores taxas de acréscimo do consumo em 1966 e 1967, foi possível adiar de cerca de ano e meio o programa de construção do 3.º grupo do Carregado, beneficiando-se do alto grau de flexibilidade

---

(*) Já se procedeu ao estudo das disposições a tomar para pôr as instalações a coberto da repetição de um tal acidente (ainda que pouco provável em termos probabilísticos), mediante a construção de defesas adequadas contra uma enxurrada como a que nessa ocasião se verificou.

que caracteriza os empreendimentos termoeléctricos. Entretanto, fez-se a apreciação das propostas recebidas para o fornecimento do gerador de vapor e do turbo-alternador, no seguimento dos concursos já referidos no relatório precedente. Preparou-se também o processo de concurso para a empreitada das obras de construção civil da 2.ª fase da central (3.º e 4.º grupos), incluindo a 2.ª chaminé, dois novos reservatórios de fuel-óleo e o prolongamento da subestação de 220 kV.

Executou-se já a escavação necessária à ampliação da central, efectuaram-se trabalhos preparatórios na tomada de água e iniciou-se a montagem das condutas do circuito hidráulico de refrigeração, entre a estação de bombagem e o corpo da central.

Obra de construção civil no conjunto da central

Quantidades de trabalho mais significativas executadas até final de 1967:

	<i>Total acumulado</i>
Escavações	379 000 m ³
Aterros	406 000 m ³
Pavimentos-estradas	13 000 m ²
Cortinas de estacas-pranchas	25 000 m ²
Aço em armaduras	4 300 t
Estacas de fundação-betão	8 000 m
Estacas de fundação-metálicas	10 000 m
Betão	68 500 m ³

4 — Estudos de novas centrais térmicas clássicas

Central de Rio Maior

No prosseguimento da orientação já estabelecida, tomaram-se as disposições necessárias à execução de uma campanha complementar de sondagens para completo reconhecimento das existências

de lignite do jazigo de Rio Maior e tornar assim possível a elaboração do projecto do empreendimento com a segurança necessária, em confirmação dos resultados de viabilidade económica obtidos no estudo preliminar realizado por consultores especializados na matéria, conforme referido no relatório anterior. A execução daquelas sondagens está actualmente em curso sob a orientação e com a cooperação das Entidades Oficiais, designadamente a Direcção-Geral de Minas e a Direcção-Geral de Combustíveis.

Central térmica a Sul do Tejo

Iniciaram-se os estudos de prospecção de sítios com vista à localização desta central, que se prevê seja semelhante à do Carregado quanto a número de grupos e potência — visto que, por alguns anos, as condições da nossa rede ainda desaconselham tècnicamente grupos de maiores potências unitárias — tendo sido efectuada uma campanha de sondagens num local da margem esquerda do Tejo, perto da Base Naval do Alfeite. Os estudos prosseguem em gabinete e as perspectivas apresentam-se, em princípio, favoráveis.

5 — Estudos com vista à primeira central nuclear

No seguimento da actividade do ano findo foi apresentado às Entidades Oficiais o relatório de viabilidade económica duma central de 500-600 MW a instalar eventualmente na fronteira sul em associação com a Companhia Sevillana de Electricidad, concessionária do Sul de Espanha.

Materializando as preocupações de avaliação da viabilidade e do interesse de integração na rede nacional de potências inferiores às de 500-600 MW, foram dirigidas consultas de prospecção de preços aos construtores mais representativos de reactores nucleares, para obtenção dos elementos técnico-económicos necessários a tal estudo, para potências na banda dos 300-350 MW. No ano de 1968 espera-se poder preparar o relatório com as conclusões deste estudo, que será entregue às Entidades Oficiais competentes com vista à tomada duma decisão quanto à nossa primeira central nuclear.

Com vista à localização, em geral, de futuras centrais nucleares, iniciou-se o estudo sistemático de zonas de interesse na metade Sul do País. Os estudos de gabinete atingiram já um certo desenvolvimento, tendo sido seleccionadas as zonas que se apresentam com mais possibilidades e prevendo-se que no corrente ano de 1968 venham a ter início os correspondentes trabalhos de campo.

Dentro da actividade de estudos nucleares, continuou-se a manter contactos frequentes com entidades nacionais e estrangeiras. Em particular, como sempre, a Junta de Energia Nuclear tem continuado a prestar a sua valiosa cooperação, acompanhando com particular interesse os nossos trabalhos neste sector.

6 — Tarifas, receitas de exploração

A repartição das receitas de venda de energia pelo «pool» das empresas da rede primária foi estabelecida por despacho do Senhor Secretário de Estado da Indústria, de 14 de Dezembro de 1967, por força do estabelecido no § 2.º do art. 4.º do Decreto-Lei n.º 46 917, de 27 de Março de 1966.

As receitas indicadas na Conta de Exploração são relativamente favoráveis, em parte por motivo de os consumos permanentes terem sido em 1967 superiores aos de 1966 em cerca de 9 % — enquanto no ano anterior a taxa de acréscimo fora de 6 %, parecendo pois que se regista uma recuperação no sentido de se voltar às maiores taxas de expansão anteriores — e em parte, também, porque houve, em 1967, maiores pontas tomadas e menores produções próprias das redes secundárias, tendo-se atingido igualmente valores razoáveis nos fornecimentos aos consumidores não permanentes.

7 — Abastecimento de combustíveis

a) Central da Tapada do Outeiro

Continuaram no decorrer de 1967 as diligências no sentido de ser definida orientação das Entidades Oficiais que permita estabelecer os novos termos dos contratos de abastecimento de antracites

com as empresas mineiras fornecedoras, o que se espera venha a acontecer em breve.

A recepção de carvão em 1967 cifrou-se em cerca de 170 000 t, entregues sensivelmente em partes iguais pelas duas minas fornecedoras, tendo o consumo atingido 95 000 t. Deste modo o parque de carvão (que tem a capacidade de 500 000 t) encheu-se praticamente em 1967 sendo de 490 000 t as existências em 31 de Dezembro.

Apesar da denúncia dos contratos feita pelas empresas mineiras, o fornecimento de carvão tem prosseguido dentro dos mesmos princípios — por boa compreensão da Termoelectrica dos aspectos de ordem nacional ligados à exploração das minas — admitindo-se que venham a ser entregues, em 1968, 160 000 t, o que corresponde ao que era o máximo contratual.

b) Central do Carregado

Em Julho de 1967 iniciou-se o abastecimento de fuel-óleo à central do Carregado para enchimento dos dois depósitos já instalados que, em conjunto, asseguram uma capacidade de cerca de 40 000 t.

As entregas feitas pela SACOR e SONAP, utilizando camiões-cisternas, totalizaram 28 470 toneladas até ao fim de 1967.

Embora consideremos que houve, no decorrer do ano, um melhor esclarecimento do problema deste abastecimento — que tem significado económico de relevo na ligação com a política nacional de petróleos e a expansão das refinarias na Metrópole e no Ultramar — não se dispõe ainda da concretização oficial completa do regime especial que se entende dever regular o fornecimento de fuel-óleo, conforme foi requerido pela Termoelectrica. Espera-se que este assunto possa vir a ser resolvido satisfatoriamente no decorrer de 1968.

8 — Financiamento de 1967

O programa de financiamento previsto para o ano de 1967 foi retificado a partir da revisão que no decorrer do ano se fez, no plano oficial, do planeamento geral dos investimentos em novos

centros produtores — para ajustamento às taxas reais de expansão dos consumos de energia eléctrica — tendo-se reconhecido, conforme já foi referido neste relatório, a possibilidade de adiamento, para 1968, dos trabalhos e adjudicações referentes ao 3.º grupo da central do Carregado. Assim pôde ser feito no investimento previsto para 1967 uma redução de 109 000 contos, o que teve favoráveis incidências nos encargos globais do «pool» da rede primária.

Nestas condições não se tornou necessário recorrer na totalidade aos meios financeiros programados, razão por que a emissão de 100 000 contos de acções prevista pôde ser adiada para o ano seguinte, embora requerida a autorização dentro do ano a que respeitava.

Portanto o financiamento efectivamente realizado foi de 486 774 contos com a seguinte distribuição quanto a meios de financiamento:

Acções — Foram realizados 123 750 contos correspondentes a 75 % da emissão de 165 000 contos do ano de 1966, conforme previsto e a que se havia feito já referência no relatório anterior.

Crédito externo — O valor realizado de 303 230 contos corresponde à utilização dos três empréstimos do Banco Mundial em conformidade com a satisfação de compromissos contratuais com os nossos fornecedores de equipamentos.

Autofinanciamento — Foi de 32 600 contos o autofinanciamento feito nos termos do Decreto-Lei n.º 46 031, o que representa uma redução de 10 900 contos ao programa estabelecido, em consequência do ajustamento de investimentos atrás referido.

Quanto à utilização de fundos próprios o valor atingido foi de 27 194 contos.

9 — Plano de financiamento para 1968

O plano de financiamento para 1968 foi estabelecido em conformidade com as necessidades a cobrir para a realização do programa

de investimentos previsto. Este abrange os empreendimentos e valores a investir seguintes:

— Central do Carregado:

1.º grupo (conclusão de pagamentos) . . .	78 000 contos
2.º grupo (construção geral e montagem) . .	175 000 contos
3.º grupo (construção civil e primeiras adjudicações de equipamento) . . .	111 000 contos
Fuel-óleo de primeiro enchimento e peças de reserva (2.º grupo)	20 000 contos
— Estudos (central de Rio Maior e primeira central nuclear)	6 000 contos
	390 000 contos
Total	390 000 contos

Para ocorrer à satisfação das exigências indicadas prevê-se que, no ano em curso, se obtenham os meios de financiamento seguintes:

<i>Ações</i>	120 000 contos
<i>Crédito Externo</i>	
Banco Mundial	159 600
Outros empréstimos	
(1.ª fase)	50 000
	209 600 contos
<i>Autofinanciamento</i>	
(Dotação para investimento	
— Decreto-Lei n.º 46 031)	31 080 contos
<i>Disponibilidades internas</i>	29 320 contos
	390 000 contos
Total	390 000 contos

A semelhança do que se fez no exercício anterior, procedeu-se a uma cuidadosa revisão do programa de investimentos no sentido de limitar, tanto quanto possível, as necessidades de financiamento. Desta forma foi possível desonerar os encargos totais — a cobrir pela receita do «pool» — de valores respeitantes a autofinanciamento e aos encargos normais do capital.

Dentro desta orientação de desoneração de encargos pode verificar-se também que o valor de «autofinanciamento legal», para 1968, se mostra inferior a 10 % dos investimentos do ano, como consequência de um ajustamento entre valores acumulados de investimento previstos e realizados a partir da entrada em vigor do regime que o criou, conforme tem vindo, aliás, a ser critério sempre seguido pela empresa com sanção oficial.

Relativamente à emissão de acções prevista, ela deverá ser realizada no decorrer do ano de 1968 de acordo com as necessidades da empresa mas, tanto quanto possível, com pagamentos escalonados no melhor interesse dos accionistas.

Quanto ao crédito externo previsto, está programado o prosseguimento da utilização dos contratos de empréstimo com o Banco Mundial (2.º e 3.º respectivamente de 15 milhões e 10 milhões de dólares) no seguimento da perfeita regularidade com que têm decorrido as nossas relações com aquela instituição internacional de crédito cujo apoio tem sido da maior relevância para a boa posição financeira de que a empresa desfruta. Esta circunstância da sua boa posição financeira vai ser agora praticamente muito útil, dado que — dentro da orientação do Banco Mundial como instituição de apoio ao desenvolvimento económico e com o acordo do Governo Português — foi considerado que a melhor solução para o País seria a diversificação da sua ajuda financeira com vista a outros sectores da economia nacional que não têm, como a indústria eléctrica terá actualmente — nomeadamente a Termoelectrica depois da política seguida de saneamento financeiro com o apoio daquele banco internacional, e da valorização geral obtida — a possibilidade de directo acesso aos mercados estrangeiros normais de capitais.

Do programa exposto para 1968 se conclui que continuará o plano-tipo de financiamento da empresa a ser representado pelo mesmo esquema dos anos anteriores (que traduz um bom critério de sanidade financeira e respeita os condicionamentos existentes): 30 % por acções; 10 % por autofinanciamento legal (Decreto-Lei n.º 46 031) e 60 % por empréstimos a longo prazo. Quanto aos empréstimos a longo prazo, continuará, por agora, a ser critério seguido preferentemente — com aprovação oficial — o recurso da

empresa a crédito externo no total, aproveitando as potencialidades da sua situação actual já antes referidas e também outras circunstâncias peculiares da natureza da sua actividade.

10 — Colaboração aos órgãos colectivos da indústria

São de registar mais uma vez os esforços que têm desenvolvido todos os órgãos colectivos da indústria do sector no sentido da obtenção dos melhores resultados de coordenação que são possíveis dentro dos condicionamentos existentes.

Designadamente, o Repartidor Nacional de Cargas — de que esta empresa é membro da Comissão Directiva — teve mais uma vez valiosa acção coordenadora da rede continuando a merecer a confiança de todos.

Igualmente é mais uma vez de destacar a acção de conjunto desenvolvida pelo Grémio Nacional dos Industriais de Electricidade, com o qual colaborámos na medida das nossas possibilidades e especialização. Particularmente, e pelo que diz respeito à empresa, consideramos de referir neste lugar os trabalhos de formação profissional, que foram levados a cabo no seguimento da acção anterior do GNIE, hoje enquadrada no Centro de Formação Profissional, de carácter oficial, onde continua a vigorar o mesmo bom espírito de cooperação e eficiência.

No quadro desta actividade, foi ministrado, na nossa central da Tapada do Outeiro, um curso de aperfeiçoamento profissional do 1.º grau, e na central do Carregado pôs-se em prática um interessante curso de formação de pessoal em que, pela primeira vez entre nós, se utilizaram os benefícios do amplo apoio do Centro de Formação Profissional, Grémio Nacional dos Industriais de Electricidade e Electricité de France. Estas actividades ficam a constituir mais um exemplo das potencialidades existentes no trabalho em equipa, o que é importante assinalar-se porquanto tradicionalmente tal não constitui, como é sabido, um ponto forte do temperamento nacional.

11 — Balanço e resultados do exercício

Para uma melhor apreciação parece útil fazer alguns comentários e considerações que coloquem em devido relevo o significado que têm certos valores apresentados.

Como nota de apreciação geral deve sublinhar-se o aspecto de solidez económica e financeira que se colhe ao analisar as contas. Os saldos das contas de Caixa e Bancos e o desenvolvimento do programa de financiamentos, quer da emissão de acções prevista, quer dos empréstimos do Banco Mundial em utilização, e as receitas próprias, permitem encarar sem preocupações de maior a satisfação dos compromissos e encargos da empresa.

Deve esclarecer-se que o Activo Disponível acusa o saldo de 41 663 contos, não obstante ter sido adiada para o ano em curso a emissão de 100 000 contos de acções prevista no programa financeiro do exercício em apreciação, a que se faz referência no n.º 8 deste relatório.

A conta de Existências merece como sempre uma palavra de comentário, pois aí se situa um valor considerável, cuja explicação se torna desnecessária por já largamente justificada em relatórios anteriores, sendo a sua decomposição actual a seguinte:

Carvão	80 215 contos
Óleos combustíveis	19 784 contos
Peças de reserva e material de consumo corrente e diversos	12 978 contos

No Activo Imobilizado Fixo aparece pela primeira vez o desdobramento em valores affectos à concessão e valores não affectos à concessão. Além de tal corresponder a uma linha de orientação que está em estudo no âmbito das empresas da rede primária, para o estabelecimento da uniformidade dos seus planos de contas, a medida torna-se agora, para nós, especialmente oportuna, por motivo da operação de compra, em regime de propriedade horizontal, de andares num imóvel, para instalação dos serviços que funcionam na delegação de Lisboa. Esta operação pareceu aconselhável por-

que — envolvendo um valor comedido, no âmbito da aplicação de fundos próprios da empresa — se enquadra nos objectivos de se ir criando, dentro duma boa gestão administrativa, uma garantia permanente (e obviamente fora da concessão) da potencialidade económica necessária ao reembolso final do capital accionista investido, por força do regime legal da concessão.

Em relação ao fecho do exercício anterior, os valores do Imobilizado subiram cerca de 500 000 contos com a conclusão dos trabalhos respeitantes ao 3.º grupo da central da Tapada do Outeiro e com a montagem do 1.º grupo da central do Carregado, pelo que o valor dos investimentos da empresa ascende ao montante de 1 600 000 contos. Dá-se assim conta do volume e da intensidade do trabalho realizado no ano em apreciação.

O valor indicado na conta Pagamentos Antecipados diz respeito, quase na sua totalidade, a pagamentos feitos aos fornecedores por conta de encomendas e empreitadas em curso na central do Carregado. A sua imputação ao Imobilizado Fixo é feita com a recepção provisória dos equipamentos montados e obras realizadas. Enquanto os fornecimentos e as obras não estiverem completos, os pagamentos parciais respectivos são contabilizados na conta de Pagamentos Antecipados. Desta forma se justifica que, em relação à central do Carregado, o valor de Pagamentos Antecipados tenha subido cerca de 200 000 contos durante o exercício em apreciação, enquanto em relação à central da Tapada do Outeiro, a mesma conta tenha sido reduzida cerca de 115 000 contos por transferência para o Imobilizado Fixo.

No Passivo nota-se, por comparação com o balanço anterior, que os empréstimos internos — obrigacionistas e outros — foram reduzidos de 14 130 contos, por pagamento das amortizações previstas nos respectivos planos.

Os empréstimos externos (Banco Mundial), não obstante a amortização feita de 2 730 contos, revelam uma subida de 303 230 contos em consequência da utilização dos empréstimos no decurso do ano conforme já referido no n.º 8 deste relatório.

Não estando ainda definida a matéria colectável de impostos que haveriam de ser pagos durante o exercício, houve que proceder à constituição de uma provisão adequada.

Assim aparece no balanço uma provisão para impostos de 4 250 contos que se presume seja suficiente. Em contrapartida foi utilizada a provisão — da mesma natureza — que vinha em saldo do balanço de 1966 para pagamento de parte dos impostos de anos anteriores que estavam em atraso por motivo de se encontrar pendente de definição oficial a classificação da «dotação para investimento» nos termos do Decreto-Lei n.º 46 031 como custo do exercício, e não como lucro, conforme doutrina defendida pela empresa e exposta em relatórios passados. Pelo Decreto-Lei n.º 47 735, de 29 de Maio de 1967, foi feita essa definição legal, pelo que as «dotações para investimento» ficam excluídas da incidência fiscal.

Igualmente com vista à renovação do material das instalações de transporte de carvão, a fazer no ano corrente, houve que reforçar com 800 contos a provisão para conservação e reparação com destino a essas instalações.

A conta Dotação para Investimento (autofinanciamento em cumprimento do Decreto-Lei n.º 46 031) a que já temos feito referência nos relatórios de anos anteriores, atinge o montante de 128 632 503\$30, cabendo 32 563 162\$00 ao exercício de 1967.

O saldo da conta de Exploração é de 86 532 257\$98.

A conta de Lucros e Perdas apresenta o lucro líquido de 47 592 393\$06 que, adicionado do saldo de 406 540\$86 que transitou do exercício anterior, perfaz, para distribuição, o total de 47 998 933\$92.

Do quantitativo que o exercício deixa livre para dividendo propõe-se neste exercício a atribuição do dividendo de 8 % — depois da regularidade de distribuição, dos últimos 4 anos, de 7 % — porque (permitindo-o os resultados) se considera justificado acompanhar a evolução verificada no nosso mercado de capitais, designadamente através das medidas oficialmente tomadas quanto às taxas de juro líquido das obrigações ultimamente emitidas. Este assunto dum a justa — e sempre adequada às realidades — remuneração do capital accionista continuará a ser nossa premente preocupação, pela importância que o financiamento por acções terá na expansão da empresa e até pelo interesse nacional de que se reveste a captação das pequenas economias para o financiamento do sector da

electricidade que manifestamente lhes é apropriado com as suas características de segurança de aplicação e regularidade de remuneração.

Feitas as considerações precedentes, temos a honra de propor que ao saldo da conta de Lucros e Perdas seja dada a seguinte aplicação:

— Para Fundo de Reserva Legal	2 380 000\$00
— Para Dividendo (*)	45 142 200\$00
— Para Conta Nova	476 733\$92
Total	47 998 933\$92

(*) Na base de 8 % correspondente ao período do exercício e pelo tempo do efectivo desembolso:
80\$00 por acção (n.ºs 1 a 435 000);
62\$68 por acção (n.ºs 435 001 a 600 000).

12 — Considerações finais

Não poderíamos terminar este relatório sem algumas referências a todos quantos, de forma especial, nos ajudaram na nossa tarefa.

Assim queremos em primeiro lugar que aqui fique expresso o nosso reconhecimento aos membros do Governo, especialmente aos Senhores Ministros de Estado, das Finanças e da Economia que mais directamente seguiram a nossa actividade pelo interesse com que sempre acompanharam os assuntos relativos à empresa. É de inteira justiça referirmo-nos em especial à acção desenvolvida pelo Senhor Secretário de Estado da Indústria, pois sempre nos tem dispensado a sua orientação e apoio para a resolução das dificuldades ocorridas, assim como nos é também grato recordar o interesse com que o Senhor Subsecretário de Estado do Tesouro igualmente acompanhou os nossos problemas de financiamento.

A todos os departamentos oficiais com que contactámos manifestamos também o nosso agradecimento pela forma interessada com que dispensaram a sua atenção na orientação de problemas da empresa e na sua solução. Cumpre-nos referir de modo particular

a Secretaria Geral e o Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, as Direcções Gerais dos Serviços Eléctricos, dos Combustíveis, de Minas e Serviços Geológicos e a Inspeção-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais, do Ministério da Economia, assim como os departamentos do Ministério das Finanças, nomeadamente a Inspeção-Geral de Crédito e Seguros, e ainda os principais departamentos dos Ministérios das Obras Públicas, das Comunicações e das Corporações e Previdência Social.

É justo também referir o nosso agradecimento pela forma como as instituições bancárias com que trabalhamos nos concederam a sua melhor colaboração, devendo destacar-se as facilidades e compreensão do Banco de Portugal relativamente às operações ligadas com os empréstimos do Banco Mundial.

Ao Conselho Fiscal é com prazer que reservamos uma expressão de muito apreço e reconhecimento pela sua valiosa ajuda, prestada através da regularidade e interesse com que acompanhou os nossos trabalhos.

Por fim registamos com muita satisfação e louvor a forma devotada como o pessoal da empresa se houve no desempenho das suas funções.

Porto, 4 de Março de 1968

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Ivo Gonçalves, — Presidente

Francisco Alberto Corrêa Figueira, pela C.^a El.^a do Alentejo e Algarve — CEAL

Pedro Manuel de Oliveira Reis, pela C.^a Nacional de Electricidade

Armando Stichini Vilela, pela Sociedade Anónima Concessionária da Refinação de Petróleos em Portugal — SACOR

BALANÇO,
RESULTADOS DO EXERCÍCIO
E
CONTA DE EXPLORAÇÃO

Balço em 31 de Dezembro de 1967

ACTIVO			
DISPONIVEL			
Caixa	348 643\$00		
Bancos	41 314 202\$39		41 662 845\$39
REALIZÁVEL			
Participações Financeiras	1 366 600\$00		
Contas Correntes (Saldos Devedores)	53 689 384\$28		
Existências	112 976 858\$34		168 032 842\$62
IMOBILIZADO			
FIXO			
Valores Afectos à Concessão:			
Central da Tapada do Outeiro	799 493 726\$05		
Central do Carregado	356 102 473\$54		
	1 155 596 199\$59		
Reintegrações:			
Central da Tapada do Outeiro	— 92 588 933\$33	1 063 007 266\$26	
Valores não Afectos à Concessão:			
Edifícios	12 671 978\$00		
Material de Estaleiro	2 186 525\$60		
Material de Transportes	1 866 719\$50		
Móveis e Utensílios	5 496 438\$59		
Biblioteca	546 187\$10		
Instalações	143 907\$60		
	22 911 756\$39		
Reintegrações:			
Material de Estaleiro	190 396\$30		
Material de Transportes	813 775\$72		
Móveis e Utensílios	1 700 923\$95		
Biblioteca	102 388\$76		
Instalações	39 233\$64	— 2 846 718\$37	20 065 038\$02
DE TRANSIÇÃO			
Pagamentos Antecipados	457 624 431\$70		
Estudos para a Central de Rio Maior	680 851\$59		
Estudos para a 1.ª Central Nuclear	8 149 679\$77		
Estudos para Novos Centros Produtores	212 597\$60	466 667 560\$66	1 549 739 864\$94
			1 759 435 552\$95
CONTAS DE ORDEM			
Cauções Estatutárias	300 000\$00		
Garantias Bancárias	154 581 012\$98		
Material Encomendado	692 879 733\$88		
Créditos Abertos	257 409 076\$35		1 105 169 823\$21

O CHEFE DA CONTABILIDADE

Júlio Ribeiro

PASSIVO			
EXIGÍVEL A CURTO PRAZO			
Contas Correntes (Saldos Credores)	57 163 476\$85		
Juros de Obrigações a Pagar	3 327 263\$77		
Juros de Acções a Pagar	271\$20		
Obrigações Sorteadas	3 258 000\$00		
Dividendos a Pagar	96 738\$36		63 845 750\$18
EXIGÍVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO			
Obrigações	149 313 000\$00		
Financiamentos:			
— Empréstimos Internos	137 319 238\$80		
— Empréstimos Externos (Banco Mundial)	602 359 673\$01	739 678 911\$81	888 991 911\$81 952 837.661\$99
SITUAÇÃO LÍQUIDA			
INICIAL			
Capital			600 000 000\$00
ACUMULADA			
Fundo de Reserva Legal	6 854 000\$00		
Fundo de Estabilização de Dividendos	11 500 000\$00		
Reconstituição do Investimento	5 200 769\$93		
Provisões:			
— Conservação e Reparação	3 205 464\$98		
— Impostos	4 250 000\$00	7 455 464\$98	31 010 234\$91
CONDICIONADA			
Dotação para Investimento (Autofinanciamento em cumprimento do Decreto-Lei n.º 46 031)	128 632 503\$30		
— Compensação de Reintegrações	971 604\$83		
— Compensação de Reconstituição do Investimento	72 176\$34	— 1 043 781\$17	127 588 722\$13
ADQUIRIDA			
Lucros e Perdas:			
Saldo de 1966	406 540\$86		
Lucro do Exercício	47 592 393\$06	47 998 933\$92	806 597 890\$96
			1 759 435 552\$95
CONTAS DE ORDEM			
Credores por Cauções Estatutárias	300 000\$00		
Credores por Garantias Bancárias	154 581 012\$98		
Credores por Material Encomendado	692 879 733\$88		
Credores por Créditos Abertos	257 409 076\$35		1 105 169 823\$21

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Ivo Gonçalves — Presidente
Francisco Alberto Corrêa Figueira, pela C.ª EI.ª do Alentejo e Algarve — CEAL
Pedro Manuel de Oliveira Reis, pela C.ª Nacional de Electricidade
Armando Stichini Vilela, pela Sociedade Anónima Concessionária da Refinação de Petróleos em Portugal — SACOR

Desenvolvimento da Conta «LUCROS E PERDAS»

EXERCÍCIO DE 1967

<u>DÉBITO</u>		<u>CRÉDITO</u>	
Despesas Gerais	4 428 572\$60	Saldo de 1966	406 540\$86
Taxas, Contribuições e Impostos	10 830 525\$70	Energia c/ Exploração — Saldo	86 532 257\$98
Encargos Financeiros	24 767 458\$81	Rendimentos Diversos	1 146 788\$55
Provisões: (Constituição)		Provisões: (Utilização)	
— Conservação e Reparação	800 000\$00	— Impostos	4 887 459\$00
— Impostos	4 250 000\$00	Dotação para Investimento (Auto-	
		financiamento em cumprimento	
Reintegrações:		do Decreto-Lei n.º 46 031):	
— Móveis e Utensílios	588 192\$15	— Compensação de Reintegra-	
— Biblioteca	43 694\$96	ções	756 270\$74
— Instalações	12 381\$14	— Compensação de Reconsti-	
		tuição do Investimento	72 176\$34
Transportadores de Carvão c/ Ex-			
ploração: — Pejão e Instala-			
ção de Desvio — Saldo	81 734\$19		
Saldo de 1966	406 540\$86		
Lucro Líquido do Exercício	47 592 393\$06		
	<u>93 801 493\$47</u>		<u>93 801 493\$47</u>

O CHEFE DA CONTABILIDADE

Júlio Ribeiro

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Ivo Gonçalves — Presidente
Francisco Alberto Corrêa Figueira, pela C.^a El.^a do Alentejo e Algarve — CEAL
Pedro Manuel de Oliveira Reis, pela C.^a Nacional de Electricidade
Armando Stichini Vilela, pela Sociedade Anónima Concessionária da Refinação de Petróleos em Portugal — SACOR

Desenvolvimento da Conta «ENERGIA C/ EXPLORAÇÃO»

EXERCÍCIO DE 1967

<u>DÉBITO</u>	
Combustíveis	23 201 435\$42
Despesas Gerais de Exploração	8 426 281\$48
Despesas de Conservação e Reparação	4 524 700\$48
Reintegrações — Central da Tapada do Outeiro	20 105 167\$70
Reconstituição do Investimento	1 548 282\$34
Dotação para Investimento (Autofinanciamento em cumprimento do Decreto-Lei n.º 46 031)	32 563 162\$00
Saldo	86 532 257\$98
	<u>176 901 287\$40</u>

O CHEFE DA CONTABILIDADE

Júlio Ribeiro

<u>CRÉDITO</u>	
Receitas de Exploração	176 901 287\$40
	<u>176 901 287\$40</u>

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Ivo Gonçalves — Presidente
Francisco Alberto Corrêa Figueira, pela C.ª El.ª do Alentejo e Algarve — CEAL
Pedro Manuel de Oliveira Reis, pela C.ª Nacional de Electricidade
Armando Stichini Vilela, pela Sociedade Anónima Concessionária da Refinação de Petróleos em Portugal — SACOR

CARLOS BARATA GAGLIARDINI GRAÇA

CHEFE DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
DA EMPRESA TERMOELECTRICA PORTUGUESA

Com os seus cumprimentos

Aprovado

Dragagens no rio Douro - O Conselho de Administração da Companhia da Empresa Carbonífera do Douro, em virtude do valor das dragagens feitas junto ao eixo de carga da barragem de Barcelos por motivo de acumulação de águas, -----

MINUTA DA ACTA Nº. 202

O Conselho deu a sua concordância após confirmação das quantidades pedidas, -----

Aos quatro de Março de mil novecentos e sessenta e oito, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu em sessão, na delegação em Lisboa à avenida Infante Santo, número quinze, primeiro andar, o Conselho de Administração da Empresa Termoelectrica Portuguesa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, sob a presidência do Senhor Engenheiro Fernando Ivo Gonçalves, administrador por parte do Estado, estando presentes os vogais do mesmo Conselho, Senhores Doutor Francisco Alberto Corrêa Figueira, Doutor Pedro Manuel de Oliveira Reis e Doutor Armando Stichini Vilela, em representação, respectivamente, das sociedades anónimas de responsabilidade limitada denominadas Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve - CEAL, S.A.R.L., Companhia Nacional de Electricidade, S.A.R.L. e Sociedade Anónima Concessionária da Refinação de Petróleos em Portugal - SACOR, S.A.R.L. -----

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior. ---

Relatório, Balanço e Contas - O Conselho de Administração aprovou a parte do relatório respeitante ao balanço e contas do exercício na qual propõe a aplicação do saldo em que se inclui a proposta de atribuição de um dividendo correspondente a 8%. -----

O Conselho deu também a sua aprovação à forma como estão apresentadas as contas. -----

Adjudicações - Foi feita a adjudicação à Sociedade de Electricidade Brown Boveri, Limitada, por cerca de duzentos e noventa e três contos, do equipamento de teleregulação para a 1ª. e 2ª. fase da central do Carregado, bem como a modificação da encomenda nº. 323/ /2 para incluir o feltro passa baixo com um acréscimo de 2630\$00. O Conselho homologou a adjudicação já feita a H. Hagen, Limitada da construção do maciço de fundação da caldeira auxiliar nº. 3 para o Carregado, pelos preços unitários da proposta, a qual se apresentou mais vantajosa do que a da firma Valura, igualmente consultada. -----

Dragagens no rio Douro — O Senhor Presidente deu conhecimento da carta da Empresa Carbonífera do Douro em que esta dá nota do volume de dragagens feitas junto ao cais de carga da Tapada do Outeiro por motivo de acumulação de cinzas.-----

O Conselho deu a sua concordância após confirmação das quantidades indicadas.-----

Publicidade — Foi presente uma carta da Suddescher Verlag, comunicando que o jornal Suddesche Zeitung de Munique tenciona publicar na Primavera um suplemento especial dedicado a Portugal edição que terá a colaboração do Ministério dos Negócios Estrangeiros, convidando a empresa a colaborar na referida edição por meio de anúncios. O Conselho, após uma troca de impressões, pronunciou-se no sentido de que o assunto deverá ser tratado em conjunto pelo Grémio Nacional dos Industriais de Electricidade, não devendo qualquer publicidade ser dada directamente pela empresa.-----

Ensaio da central do Carregado — O Senhor Presidente relatou o funcionamento em que a central do Carregado tem estado para ensaios. Dada a ocorrência das chuvas que melhorou a situação de armazenamento de energia hídrica, o 12. grupo da CCD deveria sair de serviço, mas, ouvidos os órgãos colectivos — Repartidor Nacional de Cargas e Comissão Técnica de Exploração — entendeu-se que os ensaios, embora num mínimo indispensável, deveriam continuar com débito à rede da energia produzida, por haver vantagem em preparar a central do Carregado para garantir o apoio que se espera será necessário no Verão, pelo que terá justificação debitar-se o Fundo de Apoio Térmico para esse período de ensaios indispensáveis em complemento do período de funcionamento verificado abaixo da curva guia de segurança. Esse período de ensaios de regulação deverá estar concluído, salvo motivo de força maior, até ao fim de Março — sendo então dispensados os montadores para voltarem no verão para a realização dos ensaios de marcha industrial e de rendimento — e procurar-se-á que o grupo funcione apenas durante as horas de ponta dos dias úteis (isto é, parando durante as noites e nos fins de semana) para que daí, embora com despesas para a empresa, não resulte qualquer perda de água, uma vez que não há descarregamentos nas albufeiras, mas apenas, nos vazios do diagrama, nos aproveitamentos a fio de água. Com o conjunto de providências tomadas e pelas justificações invocadas pensa-se que

não haverá oposição das outras empresas da rede primária ao pagamento pelo Fundo de Apoio Térmico dos encargos variáveis durante o referido período de ensaios.-----

O Conselho deu o seu acordo a esta orientação.-----
E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão eram deza
nove horas.

Aos quatro de Março de mil novecentos e sessenta e oito, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu em sessão, na delegação em Lisboa à avenida Infante Santo, número quinze, primeiro andar, o Conselho de Administração da Empresa Yermoelectrica Portuguesa, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, sob a presidência do Senhor Engenheiro Fernando Ivo Gonçalves, administrador por parte do Estado, estando presentes os vogais do mesmo Conselho, Senhores Doutor Francisco Alberto Correia Figueira, Doutor Pedro Manuel de Oliveira Reis e Doutor Armando Stiehini Vilela, em representação, respectivamente, das sociedades anónimas de responsabilidade limitada denominadas Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve - CEAL, S.A.R.L., Companhia Nacional de Electricidade, S.A.R.L. e Sociedade Anónima Concessionária da Refinação de Petróleos em Portugal - SACOR, S.A.R.L.-----

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.---

Relatório, Balanço e Contas - O Conselho de Administração aprovou a parte do relatório respeitante ao balanço e contas do exercício ao qual propõe a aplicação do saldo em que se inclui a proposta de atribuição de um dividendo correspondente a 5%.-----

O Conselho deu também a sua aprovação A forma como estão apresentados as contas.-----

Adjudicações - Foi feita a adjudicação à Sociedade de Electricidade de Brown Boveri, Limitada, por cerca de duzentos e noventa e três contos, do equipamento de teleregulação para a 14. e 24. fase da central de Carregado, bem como a modificação da encomenda nº. 323/72 para incluir o feltro passa vapor com um acréscimo de 2670000.-----

O Conselho homologou a adjudicação já feita a M. Hagen, Limitada da construção do maciço de fundação da caldeira auxiliar nº. 3 para o Carregado, pelas preços unitários da proposta, a qual se apresentou mais vantajosa do que a da firma Valura, igualmente consultada.-----

Ordem do dia para a reunião do Conselho de
Administração de 22/3/1968 às 11 horas na
Sede

- ✓ - *aprovam de acta 202*
- ✓ 1 - Assembleia Geral. Relatório anual da empresa e referências. Data pagamento dividendo. (*pagm em Acta*) *maio*
- ✓ 2 - Situação financeira. Carta da CNE.
- ✓ 3 - Conclusão dos ensaios do 12. grupo do Carregado. (*at' u*
fi de ano - ganho 55%)
- ✓ 4 - Adjudicação 32. grupo Carregado; pedido de propostas de financiamento para as caldeiras (a todos os concorrentes).
- ✓ 5 - Assuntos Rio Maior: avanço; posição do Estado (acções ETP). Representação na Assembleia Geral. (*pagm a 29*
maio)
- ✓ 6 - Seguros: *(superio)* central do Carregado; responsabilidade civil C.T. O. (extensão aos prejuízos do carvão).
- ✓ 7 - Gratificação de balanço. NÃO coincidência; oportunidade.
- ✓ 8 - Admissão pessoal. - *desembarcar* -
- ✓ 9 - Diversos:
  - ✓ a - Esquema da central. Visita da Ordem dos Engenheiros.
  - ✓ b - Orçamento para os Jogos entre empresas.
  - ✓ c - Junta de freguesia de Medas.
  - ✓ d - Beneficência.
  - ✓ e - Publicidade.
  - ✓ f - Representação Assembleia Geral Revista Electricidade. Subsídio.
  - ✓ g - Missão ao Estrangeiro.
    - *Lige c/o Camões. 10 contos. (João de M. Ferreira).*

PARECER
DO
CONSELHO FISCAL

SENHORES ACCIONISTAS:

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho Fiscal acompanhou periodicamente a vida da empresa, nesta fase de acentuada expansão que caracteriza a sua actividade.

Merece uma referência muito especial pelo que significa, a entrada em serviço do 1.º grupo da central do Carragado. Deu-se assim o arranque de um grande empreendimento que atesta sem dúvida, o conjunto de potencialidades que a Empresa Termoelectrica Portuguesa representa no sector em que se enquadra e na Economia Nacional.

Todo um conjunto de problemas ligados às obras a cargo da empresa e ao seu financiamento têm sido resolvidos com ponderação, revelando uma política administrativa ajustada às circunstâncias, equilibrada e prudente.

É assim de justiça assinalar o apreço que ao Conselho Fiscal tem merecido a acção do Conselho de Administração, o que faz com o maior apazimento.

Regista-se, finalmente, que sempre foram encontradas devidamente escrituradas e em boa ordem as contas examinadas.

Concordando inteiramente com o esclarecedor Relatório apresentado pelo Conselho de Administração, o Conselho Fiscal tem a honra de propor à Assembleia Geral:

1.º — Que sejam aprovados o Relatório, Balanço e Contas;

2.º — Que a Assembleia aprove um voto de louvor ao Conselho de Administração;

3.º — Que se louve o pessoal da empresa em reconhecimento do interesse e competência com que tem desempenhado as suas funções;

4.º — Que seja aprovada a aplicação do saldo da conta de resultados proposta pelo Conselho de Administração.

Porto, 5 de Março de 1968

O CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE

Agnelo Galamba de Oliveira

VOGAIS

José Nicolau Pires Correia — (Hidro-Eléctrica do Douro)

Manuel Magalhães Mexia — (Comp.ª das Minas de Carvão de S. Pedro da Cova)